

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

**PRINCÍPIOS DO DIREITO
INTERNACIONAL
CONTEMPORÂNEO**

2ª EDIÇÃO
(REVISTA E ATUALIZADA)



Brasília – 2017

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
André Luiz Ventura Ferreira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Projeto Gráfico:

Ademir da Rosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

113984

Capa:

Imagem da Coleção de Baixos-Relievos do Museu Cívico Arqueológico, de Bolonha, Itália, por A.A. Cançado Trindade.

Impresso no Brasil 2017

T833 Cançado Trindade, Antônio Augusto.
Princípios do direito internacional contemporâneo / Antônio Augusto Cançado Trindade. –
2. ed. rev. atual. – Brasília : FUNAG, 2017.

463 p. - (Direito internacional)

ISBN 978-85-7631-720-3

1. Direito internacional público. 2. Fontes do direito. 3. Princípios gerais do direito. 4. Responsabilidade do Estado. 5. Nações Unidas (ONU). I. Título. II. Série.

CDD 341.1

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

SUMÁRIO

Apresentação	13
<i>Sérgio Eduardo Moreira Lima</i>	
Prólogo	19
<i>Jean Michel Arrighi</i>	
Prefácio à 2ª Edição	25
<i>Antônio Augusto Cançado Trindade</i>	
Prefácio à 1ª Edição	35
<i>Vicente Marotta Rangel</i>	

PARTE I – FONTES

Capítulo 1

Reavaliação das fontes do direito internacional público	53
1.1. Observações preliminares	53
1.2. O costume internacional	62
1.3. Os tratados internacionais	72
1.4. Os princípios gerais do direito	87
1.5. Valor da jurisprudência internacional (decisões judiciais e arbitrais)	90

1.6. Valor da doutrina	93
1.7. O elemento de equidade	96
1.8. A questão dos atos jurídicos unilaterais	99
1.9. A questão das resoluções das organizações internacionais	105
1.10. Considerações finais	118

Capítulo 2

Princípios do direito internacional contemporâneo regendo as relações amistosas entre os Estados e sua significação para uma reavaliação das fontes do direito internacional	121
2.1. Introdução	121
2.2. Antecedentes históricos	124
2.3. Natureza e conteúdo da declaração de 1970	128
2.4. Os trabalhos do Comitê Especial	132
2.4.1. Os debates gerais	134
2.4.2. A elaboração dos sete princípios	136
2.4.2.1. Proibição do uso ou ameaça da força	136
2.4.2.2. Solução pacífica de controvérsias	143
2.4.2.3. Não intervenção nos assuntos internos dos Estados	145
2.4.2.4. Dever de cooperação internacional	155
2.4.2.5. Igualdade de direitos e autodeterminação dos povos	157
2.4.2.6. Igualdade soberana dos Estados	161
2.4.2.7. Boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais	162
2.5. Considerações finais	164

Capítulo 3

Fundamentos do direito internacional: o papel e a importância dos seus princípios básicos	177
3.1. Introdução	177
3.2. A posição e o papel dos princípios gerais do direito	179
3.3. Os princípios fundamentais como <i>substratum</i> do próprio ordenamento jurídico	184
3.4. O reconhecimento dos princípios gerais do direito pelo Estatuto da Corte da Haia (CPJI e CI)	187
3.4.1. Princípios gerais do direito e a busca da justiça ..	187
3.4.2. Princípios do direito internacional como pilares do sistema jurídico internacional	190
3.5. Observações finais	193
3.5.1. A validade sustentada dos princípios do direito internacional	193
3.5.2. A projeção no tempo do princípio em evolução da autodeterminação dos povos	199
3.5.3. Os princípios do direito internacional, a busca da justiça e a universalidade do direito internacional ..	204

Capítulo 4

Elementos para uma sistematização da prática do direito internacional	211
4.1. Necessidade de sistematização	211
4.2. Métodos de sistematização	213
4.3. Generalização da sistematização	214
4.4. Benefícios da sistematização	220
4.5. Considerações finais	221

PARTE II – ESTADOS: RESPONSABILIDADE

Capítulo 5

O contencioso diplomático e os recursos de direito interno ...	225
5.1. Introdução: a evolução histórica do tema	225
5.2. O contencioso diplomático nos séculos XIX e XX	229
5.2.1. Exemplos da prática dos Estados europeus	229
5.2.1.1. Reino Unido	229
5.2.1.2. França	232
5.2.1.3. Itália	235
5.2.1.4. Suíça	236
5.2.2. Exemplos da prática dos Estados americanos	237
5.2.2.1. Estados Unidos	237
5.2.2.2. Canadá	240
5.2.2.3. Estados latino-americanos	241
5.2.3. Exemplos da prática do Brasil	246
5.3. Conclusões	254

Capítulo 6

A determinação do surgimento da responsabilidade internacional dos Estados	259
6.1. Introdução	259
6.2. O impasse da Conferência de Codificação da Haia de 1930	262
6.3. Teoria geral da regra do esgotamento dos recursos do direito interno no direito internacional	274
6.3.1. Regra substantiva	274
6.3.2. Regra processual	277
6.3.3. Regra substantiva e processual	281

6.3.4. Teorias explanatórias da regra do esgotamento dos recursos internos.....	283
6.3.4.1. Delito internacional complexo	283
6.3.4.2. <i>Dédoublement fonctionnel</i>	287
6.3.4.3. Regra de conflito	290
6.3.4.4. Regra de conveniência	291
6.4. Avaliação e conclusões	295

Capítulo 7

A denegação de justiça no direito internacional: doutrina, jurisprudência, prática dos Estados	303
7.1. Sentido próprio e alcance da denegação de justiça	303
7.2. Interação entre denegação de justiça e esgotamento dos recursos internos	323
7.3. Conclusões	328

PARTE III – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: COMPETÊNCIAS

Capítulo 8

A delimitação das competências no plano internacional: a Organização das Nações Unidas e os Estados-membros	333
8.1. Introdução	333
8.2. A personalidade jurídica internacional da ONU	334
8.3. As competências da ONU: as principais teses	337
8.3.1. A corrente da interpretação literal da Carta da ONU.....	337
8.3.2. A doutrina dos “poderes inerentes” da ONU	341
8.3.3. A doutrina dos “poderes implícitos” e sua aplicação na prática da ONU	345
8.4. Problemas de competências.....	351

8.4.1. Carta da ONU: constituição ou tratado?	352
8.4.2. A distribuição interna de competências e sua alteração relativa pela prática da ONU	353
8.4.3. As insuficiências da Carta e a expansão da prática da ONU.....	359
8.4.4. A questão do controle da “legalidade” dos atos da ONU	363
8.4.5. A pretensa “Competência nacional exclusiva”: lições da prática da ONU	368
8.5. Conclusões	376

PARTE IV – INDIVÍDUOS: POSIÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 9

A implementação internacional dos direitos humanos	383
9.1. Introdução	383
9.2. Experimentos pioneiros outorgando capacidade processual internacional aos indivíduos	384
9.3. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e as futuras medidas de implementação	388
9.4. As medidas de implementação dos Pactos de Direitos Humanos da ONU	392
9.5. A implementação da Convenção da ONU sobre a Eliminação da Discriminação Racial	400
9.6. O sistema da resolução 1503 do ECOSOC.....	403
9.7. A atuação das agências especializadas da ONU	406
9.8. A proteção internacional dos refugiados em seus aspectos jurídicos	412

9.9. Os sistemas regionais (europeu, interamericano e africano) de proteção dos direitos humanos	420
9.10. As duas Conferências Mundiais de Direitos Humanos da ONU (1968 e 1993)	431
9.11. Considerações finais	436

Capítulo 10

Conclusões: Os princípios básicos nos fundamentos do direito internacional	447
--	-----

Apêndice

Relação de obras do Autor	455
---------------------------------	-----